

CONV 304/02

WG IV 14

NOTA

| | |
|----------|---|
| de: | Secretariado |
| para: | Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais (Grupo IV) |
| Assunto: | Síntese da reunião de 26 de Setembro de 2002 |

1. O Grupo prosseguiu a troca de impressões sobre o eventual papel e funções das redes e mecanismos que reúnam deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu (cf. igualmente a síntese da reunião de 19 de Setembro de 2002, CONV 290/02), tendo também procedido a uma breve discussão de determinadas questões que outros grupos de trabalho consideraram de interesse para o Grupo IV.

Mecanismos multilaterais a nível europeu em que haja participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu

2. Os membros do Grupo sublinharam a necessidade de abordar esta questão – mecanismos multilaterais a nível europeu em que haja participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu – da perspectiva da finalidade e papel funcional desses mecanismos, tendo mostrado relutância em criar novas estruturas institucionais.

3. Os membros reconheceram, além disso, que poderia ser útil ter mecanismos não só exclusivamente para os contactos entre parlamentos nacionais, mas também para os contactos entre estes e o Parlamento Europeu. Vários membros frisaram, por outro lado, que era importante ter presente que não se trata aqui de uma questão de "competição" entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, que têm papéis distintos, mas do modo como os parlamentos nacionais poderão ter um envolvimento mais eficaz nos assuntos europeus (através de uma maior relação entre eles e com o Parlamento Europeu) no interesse de um reforço do enraizamento democrático da UE nos Estados-Membros. Foi ainda destacado que seria importante que os deputados europeus fossem mais participativos a nível nacional.
4. Vários membros do Grupo chamaram a atenção para a importância de os parlamentos nacionais funcionarem em rede de modo a trocarem informações pertinentes nomeadamente sobre as melhores práticas. Reconheceram também que a COSAC precisava de ser reformada para ser mais eficaz. Além do papel de promoção do intercâmbio de melhores práticas e informações, vários membros sugeriram o reforço dos contactos entre as comissões permanentes, no quadro de uma COSAC reformada, acrescentando que o trabalho da COSAC deveria ter objectivos mais precisos. Sugeriu-se ainda que a COSAC se ocupe do controlo da subsidiariedade a nível geral, sendo a participação directa dos parlamentos nacionais exercida mediante a fiscalização da acção dos governos e o novo mecanismo de alerta rápido proposto pelo WG I. Foi também avançada a sugestão de que as instituições da UE deveriam ser obrigadas a dar resposta aos contributos da COSAC. Os membros chamaram a atenção para o facto de a criação de um congresso poder vir a ter implicações no papel atribuído à COSAC. Alguns sugeriram que a COSAC passasse a ser um mecanismo de contacto apenas entre os parlamentos nacionais. Um dos membros sugeriu que a COSAC poderia tornar-se uma comissão permanente de um eventual congresso.

5. Foi discutido o eventual papel de um congresso que reunisse deputados nacionais e europeus. Vários foram os membros a manifestar uma posição de abertura face à ideia de um congresso, mas condicionada pelo seu papel funcional, tendo também sido destacado que há que explicar claramente aos cidadãos a sua finalidade e papel. Outros exprimiram o receio de que a criação de novos mecanismos conduza a uma complexidade acrescida da arquitectura europeia e um dos membros manifestou-se contra a ideia de um congresso.
6. Os membros que apoiaram a ideia da criação de um congresso sugeriram que tal mecanismo poderia desempenhar um papel na formação da agenda/estratégia política da UE, promovendo a participação dos parlamentos nacionais, juntamente com o PE, num debate europeu. Observou-se que o congresso deveria ser um fórum, um mecanismo, e não uma instituição. Vários membros propuseram que se deveria manter o congresso informado e que deveria ser-lhe dada a oportunidade de debater o (futuro) programa estratégico plurianual e/ou o programa anual do Conselho. Foi igualmente sugerido que o congresso fosse mantido a par da situação através de um relatório, por forma a poder acompanhar os resultados das declarações de intenções (na eventualidade de o congresso se reunir anualmente), e que também recebesse um relatório sobre o estado da União e/ou fosse convidado a subscrever as nomeações de alto nível. O Grupo sublinhou que um eventual congresso não deveria ter um papel legislativo e que esse mecanismo não deveria bloquear nem perturbar o processo legislativo ou enfraquecer o método comunitário. Um dos membros sugeriu que algumas das alterações futuras aos Tratados, que não requeressem de ratificação pelos Estados-Membros nos termos dos procedimentos actuais, poderiam ser confiadas ao congresso. Foram feitas várias propostas sobre a periodicidade de convocação do congresso, que poderia situar-se entre uma a duas vezes por ano e uma vez de cinco em cinco anos.
7. Foi também mencionada a sugestão de que os parlamentos nacionais sejam informados do programa legislativo anual da Comissão (N.B.: esta menção foi feita, nas primeiras reuniões do Grupo, em relação com a participação dos parlamentos nacionais no controlo do princípio da subsidiariedade desde uma fase inicial do processo).

8. O Grupo acolheu favoravelmente a sugestão feita na reunião anterior sobre o papel que poderiam assumir as eventuais conferências interparlamentares *ad hoc* consagradas à discussão de assuntos políticos particularmente difíceis (N.B. na reunião anterior, foram mencionados a reforma da PAC e o sistema de recursos próprios).

Temas cuja discussão foi sugerida por outros grupos de trabalho

9. Foi sugerido por outro grupo que este Grupo poderia ter interesse em analisar a utilização do artigo 308.º do TCE e discutir se os parlamentos nacionais deveriam desempenhar um papel específico/adicional nesta matéria. P. Van Nuffel, da Comissão Europeia, explicou a situação em torno da utilização do artigo 308.º, chamando a atenção para o facto de a formulação deste artigo permitir acções consideradas necessárias em domínios para os quais o Tratado não prevê base jurídica adequada. Foi distribuída uma lista de actos aprovados desde a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão. O artigo em causa tem sido utilizado principalmente em três áreas: criação de agências, sector da energia e cooperação económica, financeira e técnica com determinados países terceiros (o Tratado de Nice inclui no Tratado a terceira destas áreas, mas não as duas primeiras).
10. Durante a discussão que se seguiu, os membros do Grupo frisaram a importância de se manter o artigo, a fim de conservar uma certa flexibilidade. Alguns sugeriram que as propostas que se baseiam no artigo 308.º sejam sujeitas ao processo de co-decisão, mas outros opuseram-se a esta sugestão. Foi afirmado que o papel dos parlamentos nacionais relativamente às medidas baseadas no artigo 308.º era o mesmo que o assumido em qualquer outra proposta legislativa, ou seja, essencialmente exercer uma fiscalização parlamentar adequada da acção dos governos, mas acrescentou-se que seria importante que houvesse uma indicação clara sempre que as propostas se baseassem no artigo 308.º; houve quem também tivesse sugerido que a Comissão especificasse os seus motivos. Dado o limite de tempo disponível para a discussão, a Presidência sugeriu aos membros que enviassem os seus comentários por escrito.

11. A Presidência recebeu uma carta de Klaus Hänsch sobre temas levantados durante a discussão no Grupo de Trabalho VI que poderão ser de interesse para este Grupo (participação dos parlamentos nacionais na coordenação da política económica, cf. cópia da carta distribuída por correio electrónico). Como não houve tempo para proceder a este debate na reunião, a Presidência convidou os membros do Grupo a comunicar as suas impressões por escrito.

Exposição oral da Presidência na sessão plenária da Convenção

12. A Presidência informou o Grupo de que faria uma exposição oral da evolução dos trabalhos até à data da sessão plenária de 3-4 de Outubro, exposição essa que reflectiria as discussões efectuadas no Grupo, conforme descritas em notas de síntese das reuniões.

Próxima reunião

13. A próxima reunião terá lugar a 10 de Outubro de 2002, das 14h30 às 18h00 e será consagrada à discussão do primeiro projecto de relatório final (que será distribuído antes da reunião).
